



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CCHA – CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS NECESSIDADES DE
APRENDIZAGEM DO JOVEM E ADULTO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

JUCELIA ANIZIA OZORIO SOUSA

Catolé do Rocha – PB
2014

**A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS NECESSIDADES DE
APRENDIZAGEM DO JOVEM E ADULTO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

JUCELIA ANIZIA OZORIO SOUSA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Ms. Benedita Ferreira Arnaud

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725f Sousa, Jucelia Anizia Ozorio
A formação docente frente às necessidades de aprendizagem do jovem e adulto em língua portuguesa [manuscrito] : / Jucelia Anizia Ozorio Sousa. - 2014.
22 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Benedita Ferreira Arnaud, Departamento de Letras e Humanidades".

1.Educação de Jovens e Adultos. 2. Formação docente. 3. Aprendizagem significativa. 4.Língua Portuguesa I. Título.
21. ed. CDD 371.12

**A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS NECESSIDADES DE
APRENDIZAGEM DO JOVEM E ADULTO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

JUCELIA ANIZIA OZORIO SOUSA

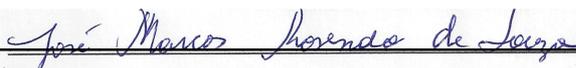
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

APROVADO EM: ____ de _____ de 2014.



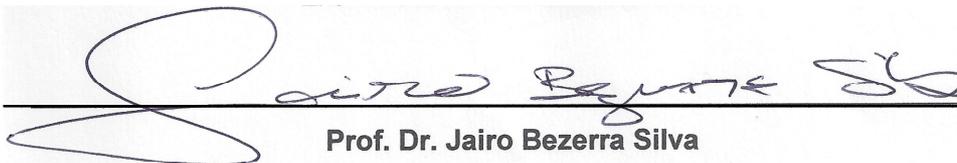
Prof.ª Ms. Benedita Ferreira Arnaud

Orientadora - UEPB/CAMPUS IV



Prof.ª Esp. José Marcos Rosendo de Souza

Examinador – UEPB/CAMPUS IV



Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva

Examinador - UEPB/CAMPUS IV
Catolé do Rocha – PB

2014

*Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção.*

Paulo Freire

Dedico este trabalho a minha filha Amarílis Vitória,
maior presente que o Senhor Deus me deu, pois
filho é bênção do Senhor.

AGRADECIMENTOS

A cada vitória que conseguimos na vida é mais um dever cumprido com força de vontade e determinação, dessa forma devemos ter sempre a humildade de agradecer a todos que contribuíram para o sucesso de mais uma conquista.

Agradeço primeiramente a Deus, o criador de todas as coisas, que sempre está comigo me dando forças para seguir em frente diante das dificuldades.

Aos meus pais pelo amor e apoio incondicional em todos os momentos da vida, a minha família, não se esquecendo de ninguém. Ao meu querido esposo Jeimison Alan pelo incentivo, pela paciência, pelo o apoio em todos os momentos de nossas vidas, e acima de tudo pelo o amor que nos uniu, e em especial pela nossa filha que é o maior presente que Deus nos deu, Amarílis Vitória que hoje têm 1 ano e 5 meses, que Deus a abençoe sempre.

Aos professores pela contribuição na construção de conhecimentos, pela sabedoria e paciência com que me atenderam ao longo do curso.

A professora orientadora, Ms. Benedita Ferreira Arnaud, pela disponibilidade, atenção e sabedoria com que me conduziu para a realização deste trabalho, pois o mérito alcançado também é seu.

Aos colegas de turma, que se disponibilizaram a me ajudar quando necessário de forma direta ou indireta, enfim, a todos que agora concluem o curso comigo ou não, mas que deixaram exemplos de companheirismo e amizade.

Agradeço também a banca examinadora pela disponibilidade em poder contribuir com sugestões e críticas que enriquecem ainda mais o trabalho.

Não esquecendo o irmão Neto que é uma pessoa que sempre está do nosso lado nos ajudando quando necessário, pois é um verdadeiro amigo para todas as horas. Enfim, a todas as pessoas que estiveram envolvidas no meu processo de formação e de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, pois sozinha eu não teria conseguido realizar mais um sonho, a minha eterna gratidão a todos.

A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DO JOVEM E ADULTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SOUSA, Jucelia Anizia Ozorio
Licencianda em Letras - UEPB/CAMPUS IV

ARNAUD, Benedita Ferreira
Prof.^a Ms. Orientadora - UEPB/CAMPUS IV.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos vêm sendo um desafio pedagógico e político para aqueles que almejam transformar a educação dentro de uma perspectiva de desenvolvimento, inclusão e justiça social. Tem ganhado relevância nas políticas públicas de inclusão. Neste sentido, a formação docente constitui-se primordial para o encaminhamento de práticas educativas capazes de perceber o aluno da EJA para além de suas limitações, entendendo-o como um sujeito capaz de aprender. Neste sentido esse trabalho tem como objetivo apresentar discussões acerca da Formação docente frente às necessidades de aprendizagem do jovem e adulto em língua portuguesa. Buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica destacar as políticas vigentes de Educação de Jovens e Adultos; identificar os sujeitos que frequentam à EJA; o perfil do educador desta modalidade de ensino e sua formação acadêmica, bem como as necessidades formativas do aluno da EJA em Língua Portuguesa. Fundamentamos nosso trabalho nos estudos de Carlos e Duarte (2010), Gauer (2008), Freire (1996), Soek (2012), Soares (2001), Durante (1998), entre outros. Com este estudo pudemos constatar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo do tempo alcançou um espaço significativo. Insere-se hoje na pauta de discussão dos órgãos governamentais e sociedade, pois entende-se que a educação como um todo é sinônimo de perspectiva de mudança, de conscientização, de formação crítica e ética.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Formação docente. Aprendizagem significativa. Língua Portuguesa

ABSTRACT

The Education of Youth and Adults has gained relevance in public policy inclusion. At this juncture, teacher training is it crucial for forwarding educational practices able to realize the student EJA beyond its limitations, understand it as a subject capable of learning. In this sense this paper aims to present discussions of teacher training forward to the learning needs of young adults in Portuguese. We sought through a literature review highlighting current policies for Adolescents and Adults; identify subjects who attend the EJA; the profile of the teacher of this type of education and his academic training as well as training needs of the student of EJA in Portuguese. We base our work on the studies of Charles and Duarte (2010), Gauer (2008), Freire (1996), Soek (2012), Soares (2001), During (1998), among others. With this study,

we confirmed that the Education of Youth and Adults (EJA) over time has achieved a significant space. Falls today in the agenda of government and society bodies, because we understand that education as a whole is synonymous with the prospect of change, awareness, critical and ethical training.

Keywords: Education for Youth and Adults. Teacher training. Signficativa learning. Portuguese Language.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é algo que consideramos de grande relevância, visto que nesta modalidade de ensino lidamos com pessoas que não tiveram a oportunidade de ingressar na vida escolar quando jovens, e que agora sonham com mudanças, uma vez que percebem o quanto o saber é importante para a vida profissional.

As preocupações com a EJA vêm sendo constantes por parte de estudiosos e educadores que defendem uma educação de qualidade para os jovens e adultos, o que requer metodologias adequadas, saberes docentes específicos para atender a este segmento historicamente excluído do processo educacional e do conhecimento.

No intuito de aprofundar esta discussão, surge o interesse em realizar a pesquisa que tem como tema “A Formação Docente frente às necessidades de aprendizagem do jovem e adulto em Língua Portuguesa”.

Considera-se que, ser educador de jovens e adultos é uma tarefa árdua e ao mesmo tempo significativa, além do mais é estar contribuindo com uma educação de qualidade para todos na perspectiva da inclusão daqueles/as, socialmente excluídos do processo da aprendizagem.

Com base nesta compreensão, definimos como objetivo geral apresentar discussões acerca da formação docente do professor frente às necessidades de aprendizagem do Jovem e adulto em Língua Portuguesa.

Como específicos relatar a trajetória da educação de jovens e adultos; destacar as políticas vigentes; identificar os sujeitos, o perfil do educador desta modalidade de ensino e sua formação acadêmica, bem como as necessidades formativas do aluno em Língua Portuguesa.

A metodologia adotada para a realização deste trabalho é a pesquisa de cunho bibliográfico, fundamentada em estudos de autores, tais como: Carlos e Duarte (2010); Soares (2001); Freire (1996); Schwartz (2012); Silva (2008), entre outros.

O Trabalho segue com a seguinte estruturação: partimos do contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos, no qual fizemos um relato sobre os primeiros movimentos sociais e as mudanças que ocorreram no campo desta modalidade de ensino. Em seguida, apresentamos as políticas direcionadas à Educação de Jovens e Adultos, o perfil dos alunos, a formação dos educadores que lecionam para esse público. Por último fizemos uma análise de como o currículo deve ser explorado pelos professores que lecionam Língua Portuguesa para os jovens e adultos desta modalidade de ensino.

1. A EDUCAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

A ação educativa direcionada aos jovens surgiu desde o período colonial, quando se iniciou o processo de catequização dos índios pelos Jesuítas. A história oficial relata que estes missionários vieram para o Brasil com o objetivo de propagar a fé cristã entre os índios, que eram considerados “animais selvagens” e implantar a cultura erudita europeia.

Por volta de 1759 com a expulsão dos jesuítas do Brasil e com a chegada do Marquês de Pombal, as escolas passaram a ser organizadas de acordo com as reformas do Estado português que sofria com as influências das ideias iluministas que circulavam a Europa nessa época.

A modernidade surge com o homem sendo o centro do universo capaz de produzir o conhecimento sobre a natureza e a sociedade, desse modo foi transferido à visão que se tinha de Deus como o centro do universo para o homem, que tinha capacidade de pensar e de agir com a razão (CARLOS E DUARTE, 2010).

Para Gauer (2008) a compreensão da ciência trazia luz para o projeto pombalino que entrou em oposição com os vestígios da cultura medieval que já vinha perdendo seu espaço.

Com a Independência do Brasil em 1822, foi outorgada a primeira Constituição brasileira, e no artigo 179 constava que a “instrução primária” era

gratuita para todos os cidadãos, mas infelizmente a educação não estava ao alcance de todos que tinham direito, por exemplo, os pobres, as mulheres e as crianças.

A Constituição brasileira de 1822 foi à primeira lei que se preocupou com a educação para todos, mas isso não queria dizer que o acesso à escola era garantido pelo Estado, pois era apenas uma lei que estava no papel e distante da prática.

No ano de 1824 a Constituição do Império decretava através das Assembleias legislativas das províncias (hoje estados) o pleno direito de legislar a instrução primária gratuita para todos os cidadãos; e o ensino fundamental ficava totalmente abandonado.

No ano de 1924 foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que impulsionou movimentos educacionais, que culminou com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no ano de 1932, que defendiam o ensino fundamental público, laico, gratuito e obrigatório (GADOTTI 2002).

A Revolução de 30 foi palco de transformações importantes no campo educacional, pois no mesmo ano foi criado o Ministério da Educação, e na Constituição de 1937 foi elaborado um capítulo exclusivo para a educação, que defendia o ensino profissionalizante para capacitar as pessoas para trabalharem nas indústrias que surgiam nessa época.

No período entre 1946 a 1964 foram articulados vários movimentos populares em defesa de uma educação com qualidade que atendesse a todos, inclusive os adultos (GADOTTI, 2002). Entre eles destaca-se o Método Paulo Freire educador que era a favor de uma educação democrática e libertadora, levando-se em consideração a realidade dos educandos. Freire (1996, p. 52) afirmava que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Na época do Regime Militar no Brasil (1964-1985), Paulo Freire foi exilado por defender uma educação que era capaz de libertar as pessoas através da formação crítica dos educandos, e, sobretudo, com uma proposta de educação popular para atender as necessidades da maioria da população.

O Método Paulo Freire criticava o sistema tradicional, em que a cartilha era utilizada como ferramenta principal para o ensino da leitura e da escrita. Defendia a ideia de que o ensino deveria partir do conhecimento do aluno.

Para Silva (2012), o método Paulo Freire é baseado em três segmentos:

1) a Investigação que é a busca do professor em descobrir quais as palavras mais significativas para a vida do aluno; 2) a Tematização é o momento em que o aluno começa a conscientizar-se sobre o mundo, ou seja, é a partir das palavras geradoras que surgirão na investigação; 3) a Problematização é a etapa em que o professor desafia e inspira ao mesmo tempo o aluno a ter uma visão crítica do mundo.

Na investigação o professor passa a conhecer um pouco seus alunos, suas culturas e experiências, a partir da investigação o professor inicia com a temática, as palavras geradoras de acordo com o conhecimento do aluno. A problematização, por sua vez é o momento em que o professor conduz o aluno a ter uma visão crítica do mundo.

Com o golpe Militar em 1964, surge o movimento de alfabetização de jovens e adultos, chamado MOBRAL, que tinha como foco apenas o ato de ensinar a ler, a escrever e a contar. Neste período a Educação de Jovens e Adultos era controlada pelo governo militar que organizava o ensino de forma tecnicista, a aprendizagem era vista como uma forma de moldar as pessoas através de elogios, prêmios e notas. A justificativa para isso era a formação de mão de obra especializada para trabalhar nas indústrias, visto que, o Brasil vivia no processo de industrialização.

Com a Constituição de 1988 o Estado amplia o seu dever com a Educação de Jovens e Adultos, como afirma o artigo 208 da referida Constituição: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Nas três últimas décadas, a EJA no Brasil recebeu várias denominações, dentre elas, o Programa Alfabetização Solidária no ano de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se transformou em ONG. Em 2003, o governo Lula implantou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que Dilma Rousseff no ano de 2011 deu continuidade perdurando até os dias atuais.

Percebe-se que a luta por uma educação de qualidade para todos é histórica. Verifica-se avanços significativos, notadamente na concepção do atendimento aos jovens e adultos no sentido de que todos devem ter direito ao aprendizado de acordo com as necessidades de cada um, pois o homem é único e acima de tudo capaz de aprender.

2. AS POLÍTICAS DE EJA E AS BASES LEGAIS VIGENTES

Considerando que a educação é algo criador capaz de transformar uma ação em um ato político, Freire (1997), afirma que não é possível estar no mundo, como ser humano sem estar com ele, pois estar com o mundo e com os outros é fazer política.

Com base neste pressuposto, Soares (2001, p.203), esclarece que por muito tempo houve a tentativa de dissociar a ação educativa do ato político, e assim esvaziava o conteúdo e a essência da educação. Nesse sentido, sabemos que educar é construir conhecimento a partir de ideias que provoquem a curiosidade de aprender sempre algo novo.

Na década de 90, a Educação de Jovens e Adultos sofreu grandes mudanças no âmbito das discussões que amplificassem melhorias no ensino da EJA de forma que o aluno pudesse aprender além da leitura e da escrita, transformando-se em um sujeito crítico na sociedade. Esse pensamento contrapõe-se a “pensar a educação de jovens e adultos, referindo-se apenas à dimensão do mercado de trabalho, o que para Soares (2001, p. 204-205) é reduzi-la a uma função meramente pragmática”.

Atualmente a EJA está presente em muitas discussões que têm como objetivo principal uma educação que atenda a todos, principalmente jovens e adultos que não tiveram acesso de acordo com sua faixa etária.

No ano de 1996 aconteceram grandes mobilizações em várias partes do mundo para os preparativos da V CONFITEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo, na Alemanha.

O Brasil se mobilizou também para participar da V CONFITEA, através da realização de seminários regionais e nacionais envolvendo as secretarias estaduais e municipais de ensino, os órgãos governamentais e não-governamentais, universidades, ONGs, entre outros (SILVA, 2008, p. 5).

Um dos pontos da pauta da Conferência realizada em 1997 consistia em diagnosticar os problemas encontrados na Educação de Jovens e Adultos. Com isso se deu início aos Encontros Nacionais (ENEJAS), com o intuito de trocar experiências e articular políticas públicas para esta modalidade de ensino em nível nacional e, cada estado realizava seus encontros, dando início aos Fóruns de EJA.

No final da década de 90, os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAS), tinham como base exercitar o convívio e o diálogo entre os educadores sobre a diversidade de cultura e a pluralidade de ideias, e rever sua prática em sala de aula, através do diálogo entre os colegas.

Para Silva (2008, p.15), "Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos podem ser entendidos como movimentos sociais". O autor ainda esclarece que todos os Fóruns realizados em cidades diferentes tiveram como objetivo, dentre outros, a troca de experiências e o diálogo entre as instituições governamentais e não governamentais.

Dessa forma, podemos observar a importância do intercâmbio de experiências entre educadores que socializam o conhecimento e permite uma auto-avaliação da sua própria ação pedagógica.

Considerando que a Educação escolar é um direito de todos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 propõe em seu artigo 3º a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola para todos os cidadãos. No seu art. 4º, inciso VII reitera os direitos constitucionais da população jovem e adulta à educação: O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

O texto dedicado a EJA na LDB estar expressos nos artigos 37 e 38. O primeiro faz uma conceituação genérica da Educação de Jovens e Adultos, o segundo, refere-se aos exames supletivos, conforme consta:

A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educados por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996).

O Novo Plano Nacional de Educação – PNE, sancionado em junho de 2014 com a Lei 13.005 passa a definir as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. As 20 metas inseridas no novo PNE apontam para desafios a serem perseguidos em conjunto pelo poder público, setor privado e sociedade civil organizada. Das 20 metas divulgadas, três delas têm relação direta com a alfabetização e educação de jovens e adultos. São elas:

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Para cada meta são apresentadas estratégias. Para atingir a meta 8 as estratégias previstas são: institucionalização de programas e desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial (Estratégia 8.1); implementação de programas de educação de jovens e adultos (Estratégia 8.2); expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica (Estratégia 8.4); promoção da busca ativa de jovens fora da escola em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude (Estratégia 8.6) (BRASIL, 2014).

As ações planejadas e contempladas com o Novo Plano (PNE, 2014) devem ter como objetivo a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, concebendo a educação como direito e a oferta pública da

alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

3. O PÚBLICO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os alunos da EJA são pessoas simples de família de baixa renda, de pais analfabetos que necessitavam trabalhar e, por vezes, não valorizavam a educação como crescimento pessoal, uma vez que defendiam a ideia que estudar não “enchia barriga”, desse modo não colocavam seus filhos na escola.

Esta concepção, ao longo do tempo vem mudando, percebe-se uma procura de jovens e adultos pela escola na possibilidade de obter um certificado que facilite sua entrada no “mercado de trabalho” e a inserção na sociedade letrada, exigência do mundo globalizado, como por exemplo, tomar um ônibus em uma cidade grande, sacar dinheiro no caixa, fazer compras, identificar preços e validades das embalagens no supermercado ou em outras localidades é necessário à leitura e a escrita para realizarem essas atividades do dia a dia.

Os alunos da EJA são mulheres, negras, pobres, agricultores, proletariados, desempregados, donas de casa, jovens, idosos, portadores de deficiências, indígenas, moradores marginalizados das zonas urbanas e rurais, e marcados pela pobreza, pela exploração cultural ou sexual, pela falta de acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento, com isso resulta em uma sobrevivência precária, ou seja, a mercê de políticas que atendam suas necessidades como pessoas capazes de ser melhores em uma sociedade que tem muito a cobrar e pouco a oferecer (SOARES, 2001, p.214).

Atualmente o perfil dos alunos da EJA é bem diversificado, pois podemos encontrar muitos jovens a procura de adquirir o conhecimento que não foi suprido enquanto aluno da escola do ensino regular, devido à falta de maturidade ou porque se encontrava na fase da adolescência pensando que não chegaria à fase em que a sociedade iria cobrar por seus méritos, ou seja, pelo um ser crítico capaz de reivindicar por seus direitos e deveres.

Para Soares (2001), há alguns anos, o perfil do aluno da EJA era estudado a partir da categoria genética de “adulto trabalhador”, tendo em vista que era um trabalhador adulto que freqüentava o ensino noturno, porque passava o dia

trabalhando, e à noite, procurava á escola, para suprir as necessidades de adquirir o conhecimento, que lhe foi negado no passado.

Atualmente a sala de EJA é possui características distintas, pois os alunos não são só adultos, temos também os jovens a procurar de qualificação para o mercado de trabalho que a cada dia exige mais da mão de obra, tendo em vista que, o mundo globalizado, de certa forma está exigindo pessoas qualificadas para o mercado de trabalho.

4. A FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DO JOVEM E ADULTO

4.1 O perfil e a formação do educador de jovens e adultos – o saber fazer nas práticas da EJA

Como afirma Freire (1996), a esperança é necessária para a atividade educativa, pois professor e alunos empenhados no mesmo processo de aprendizagem resistiram aos obstáculos, e juntos a esperança volta a fazer parte da vida dos educandos, que por algum motivo pessoal ou profissional os deixaram inquietos.

O Professor de EJA deve ser um profissional que tenha uma metodologia que explore dos alunos a diversidade de aprender a partir do conhecimento de mundo que cada aluno traz através das experiências vividas ao longo de sua vida.

Segundo Arroyo (2006, p.18) “O perfil do educador de jovens e adultos e sua formação encontra-se em construção”. Sabemos que não existe uma receita pronta para ensinar, pois cada turma tem sua especificidade, e cada aluno aprende de acordo com sua capacidade.

Neste sentido, o educador tem que trabalhar a autoestima desses alunos, para depois alcançar o objetivo de alfabetizá-los de forma prazerosa e tentar lhe restituir um pouco do que lhes foi tirado, a esperança e a alegria de aprender a ler e escrever. Dessa forma, o professor deve ser um grande incentivador na vida dessas pessoas que procuram estudar após um dia árduo e cansativo de trabalho, caso contrário ocorrerá sem dúvida à evasão desses alunos.

Para Schwartz (2012, p.92), “o olhar do professor é poderoso. Se nele não houver crença/convicção na possibilidade de aprendizagem, o aluno percebe, sente essa ausência e, geralmente, age de acordo com essas expectativas”.

O professor da EJA deve ter uma atenção especial com os alunos. Ao ministrar as aulas, oportunizar o debate, direcionar o olhar a todos, pois o olhar dos docentes fala aos corações dos alunos, que percebe o interesse do professor na condução do ensino, favorecendo assim a aprendizagem. De acordo com Bastos (2000), a formação dos educadores se dá em um processo contínuo, que está relacionado aos diferentes espaços/tempos de formação, que constituem uma verdadeira rede de saberes e de práticas ao longo de sua vida profissional.

O educador de jovens e adultos necessita constantemente analisar sua prática pedagógica na perspectiva da inclusão, num processo contínuo de ação-reflexão-ação. Para isso os aspectos importantes devem ser considerados, tais como a afetividade, gosto pela profissão, valorização do outro, boa comunicação simples e acessível a todos, visto ser o diálogo fundamental para o desenvolvimento dos educandos no sentido da mediação do conhecimento, bem como o respeito à linguagem do aluno.

Conforme nos adverte Cury (2000, p. 50), “o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino”. Para o autor, o profissional que lida com turmas de Educação de jovens e adultos deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Ser um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer, jamais deve ser “um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por voluntariado idealista” (CURY, 2000, p. 50).

O professor da EJA deve ter muita paciência com o processo de aprendizagem dos alunos, e procurar entender as obrigações que cada aluno tem fora de sala de aula, as responsabilidades do trabalho árduo, as atividades domésticas das mulheres, que cuidam da casa e dos filhos, e procurar constantemente exercitar o diálogo com seus alunos em sala de aula, pois a maioria ainda vem do sistema de ensino tradicional, que o professor é para escrever no quadro é os alunos responderem as perguntas objetivas.

O ato de aprender a ler e escrever devem ser algo prazeroso e ao mesmo tempo significativo, pois os alunos da EJA precisam acreditar um pouco mais em si, e esperar o momento certo para a aprendizagem acontecer de forma satisfatória.

De acordo com Schwartz (2012, p. 55), “O processo de aprendizagem, como já se disse, não é igual para todos os sujeitos, já que ninguém aprende de uma mesma forma, porque os conhecimentos prévios e os pontos de partida de cada um são diferentes”.

A educação é algo muito importante para a vida das pessoas, pois a mesma proporciona uma vida com mais oportunidades de empregos, uma pessoa menos ignorante, com uma visão de mundo diferente, capaz de lutar pelos seus objetivos com mais firmeza e dedicação. Aprender é algo prazeroso e ao mesmo tempo significativo para a construção do conhecimento.

4.2 O Currículo da EJA – necessidades formativas do aluno da EJA em Língua Portuguesa

Pensar o currículo da EJA é uma tarefa que exigirá do educador o reconhecimento de que cada aluno tem hábitos de vivências e culturas que valorizam experiências do cotidiano. A partir daí se pode pensar o currículo, como uma possibilidade de concretização das necessidades e expectativas que os alunos de EJA almejam do ensino.

Os alunos da Educação de Jovens Adultos são pessoas que têm um conhecimento de mundo que precisa ser ampliado para o conhecimento mais abrangente no sentido de crescimento intelectual, uma vez que os educandos são adultos que já sabem aonde querem chegar.

Fazemos parte de um mundo que fala, escuta, lê, escreve e discute os usos desses atos de comunicação, pois o ato de comunicar-se faz parte de nossas vidas. Para compreendê-los melhor, é necessário ampliar as competências e habilidades que envolvem o uso da palavra, isto é, dominar o discurso nas diversas situações comunicativas, para melhor entender a lógica da organização que rege a sociedade, bem como interpretar de forma mais sutil as diversas comunicações.

Para Freire (1996), saber escutar é ao mesmo tempo aprender a falar com os alunos, pois para entendermos algo é necessário no mínimo escutar paciente e

criticamente o outro com atenção, para saber dialogar sobre qualquer tema em discurso.

A linguagem constitui-se de um valioso instrumento de aprendizagem, tendo em vista que a linguagem verbal tem como objetivo ampliar a modalidade oral, por meio de processos de escuta e de produção de textos falados, como também, o desenvolvimento da modalidade escrita, que envolve o processo de leitura e o de elaboração de textos (DURANTE, 1998).

O estudo da língua Portuguesa é de fundamental importância para todos os alunos, uma vez que a leitura é capaz de proporcionar a capacidade de discussão no aprendizado. Na EJA não poderia ser diferente, até porque os alunos necessitam do uso da linguagem para se manifestarem, tais como fazer uso da leitura para ler placas, jornais, poemas, romances e bilhetes. Neste sentido Durante (1998, p. 31) nos esclarece que:

O ensino de língua portuguesa deve ter como finalidade o desenvolvimento da capacidade de representação e comunicação, ou seja, da competência textual (capacidade de interpretar e produzir textos orais e escritos de uso social) para satisfazer necessidades pessoais do indivíduo e para acesso e participação no mundo letrado. O texto é a unidade básica do ensino e não as letras, sílabas, palavras ou frases descontextualizadas.

É importante que o aluno da EJA perceba que a língua é um instrumento vivo, dinâmico, facilitador, capaz de contribuir com uma leitura construtiva, de modo a acrescentar o conhecimento prévio. Freire (1989, p.9), reforça que “a leitura de mundo precede a da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquela”.

Quanto mais diversificadas forem as experiências sociais e culturais vivenciadas pelos alunos, mais à vontade eles se sentirão para atuar em contextos diferentes, ajustando seu modo de falar à maior ou menor formalidade exigida pelo contexto. Desse modo, podemos perceber que o currículo da EJA para o ensino de Língua Portuguesa deve ser elaborado a partir do conhecimento prévio do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foram abordadas questões importantes, relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Fizemos uma breve incursão

acerca das mudanças de cunho social e cultural, relacionadas às políticas vigentes na EJA, identificamos os sujeitos que freqüentam à EJA, o perfil do educador de jovens e adultos e sua formação acadêmica, bem como as necessidades formativas do aluno da EJA em Língua Portuguesa.

Diante das abordagens citadas no trabalho fica evidente o quanto a Educação de Jovens e Adultos vem sendo discutida e planejada pelos governantes e educadores que reconhecem a necessidade de uma mudança capaz de transformar a vida dos alunos da EJA, valorizando a autoestima desses educandos, que na maioria das vezes sentem-se desestimulados devido à idade, pois muitos se acham “velhos” para aprender.

Para tanto, a prática pedagógica do professor é primordial. Este profissional deve ser dinâmico, inovador e principalmente, um incentivador do diálogo, pois são nas discussões levantadas em sala que oportunizarão aos alunos o hábito de discutir questões do dia a dia sem ter medo de opinar sobre qualquer assunto.

Neste sentido a formação docente e, especificamente do professor de Língua Portuguesa, assume papel de grande relevância, pois, não basta somente que o professor domine os conteúdos constantes no seu plano de curso, é necessário que ele direcione uma metodologia de trabalho que possibilite aos alunos desta modalidade de ensino subsídios necessários que os conduza à construção da aprendizagem significativa do conhecimento. Em se tratando da língua Portuguesa, que este aluno tenha capacidade de interpretar e produzir textos orais e escritos de uso social, satisfazendo assim suas necessidades pessoais e acesso e participação no mundo letrado.

Com este estudo pudemos constatar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo do tempo tem alcançado um espaço significativo. Insere-se hoje na pauta de discussão dos órgãos governamentais e sociedade, pois entende-se que a educação como um todo é sinônimo de perspectiva de mudança, de conscientização, de formação crítica e ética.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/ SECAD-MEC/UNESCO, 2000.

BRASIL. **Constituição**: 1988: texto Constitucional de 5 de outubro 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 15/96 e Emendas constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. : Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.

_____. Ministério da Educação. Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014.

BASTOS, M. M. Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimentos em rede. In: GARCIA, R. L. (Org.). **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p.17-43.

CARLOS, Erenildo João; DUARTE, Cláudia Costa. FORMAÇÃO DO EDUCADOR DE JOVENS E ADULTOS: descompasso entre o discurso do reconhecimento político e a produção acadêmica. In: DINIZ, A. V. S.; SCOCUGLIA, A. C.; PRESTES, E. T. (Org.). **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos**: possibilidades e contribuições ao debate. João Pessoa: Editora. Universitária da UFBP, 2010.

CURY, C. R. J. (Relator). **Parecer CEB nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. CNE, 2000.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de adultos**: Leitura e produção de textos. Porto Alegre: Grupo A, 1998.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. “Desafios da educação de adultos frente à nova reestruturação tecnológica”. **Seminário Internacional Educação e Escolarização de Jovens e Adultos**. (São Paulo: Ibeac, 1996, vol.1). Brasília: MEC, 1997.

GAUER, Ruth M. Chittó. O pensamento iluminista português e a influência na formação da intelectualidade brasileira. In: BASTOS, Maria Helena Câmara. (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V.I: séculos XVI-XVIII. 3. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.p.146-157.

GADOTTI, Moacir. Desafios da educação básica. In: PARAÍBA, Universidade Estadual. Pró-Reitoria de Integração e Graduação. Curso de Pedagogia em Serviço. **Coletânea de textos Didáticos/UEPB**. V. III: 2ª edição., Campina Grande: UEPB, 2002.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **O papel político dos fóruns de educação de jovens e adultos**. Campina Grande: EDUEP, 2008.

SILVA, Valdecy Margarida. **Com que método eu vou?** Reflexões Teóricas no campo da alfabetização na educação de jovens e adultos. III Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea – UEPB - Ano III-V.1, n.1, 2012.

SOARES, Leôncio José Gomes. As Políticas de EJA e as necessidades de Aprendizagem dos Jovens e Adultos. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura no Brasil-ALB, São Paulo: Ação Educativa, 2001.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos: Teoria e prática**. 2. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.